

NEWSLETTER 15

Comércio & Desenvolvimento Sustentável

Novembro de 2023

Apresentação

O CINDES apresenta o décimo quinto número da série **Comércio & Desenvolvimento Sustentável** – uma *Newsletter* que tem por objetivo facilitar o acesso a informações sobre mudanças regulatórias e tendências na interseção entre as regulações ambientais e climáticas e o comércio internacional.

Esta edição está dedicada a três assuntos. O primeiro deles é a Comunicação da Comissão Europeia em que esta faz uma avaliação preliminar das medidas de incentivo aos investimentos verdes e do impacto do *Inflation Reduction Act* dos EUA sobre o bloco.

O segundo diz respeito à evolução das negociações entre os EUA e a União Europeia em torno do estabelecimento de um acordo sobre o setor de aço, cujo duplo objetivo é promover a descarbonização do setor e restringir o acesso do aço chinês aos mercados europeus e dos EUA.

O terceiro tem como objeto as negociações de livre comércio entre União Europeia e Austrália, que parecem estar enfrentando dificuldades de difícil superação.

1. A CE avalia sua política industrial e os efeitos do IRA dos EUA

A Comunicação 684/2023 da Comissão Europeia, de 24/10/2023, avalia “preliminarmente” sua política industrial, bem como os impactos do principal instrumento de apoio aos investimentos verdes nos EUA, o *Inflation Reduction Act* (IRA) sobre o bloco europeu.

A avaliação recupera as várias iniciativas e os projetos adotados em nível europeu na esfera da política industrial em sentido amplo, ressaltando o papel crescente do orçamento comunitário no financiamento dos esforços para desenvolver e consolidar novas tecnologias verdes, mas também no fortalecimento de fundos de inovação e coesão social alimentados pela receita do sistema europeu de comércio de emissões.

Novas medidas em preparação são anunciadas, como o lançamento, em novembro, de um leilão para a produção de hidrogênio renovável, assim como a criação do Banco Europeu de Hidrogênio para apoiar a expansão em escala (*scale up*) da produção doméstica de hidrogênio renovável no bloco.

O documento enfatiza o papel da dimensão regulatória da política definida pela Comissão Europeia na criação de um ambiente favorável aos investimentos verdes e na facilitação de tais investimentos. Vale lembrar que exigências administrativas e lentidão em procedimentos de licenciamento de projetos industriais são vistos, pelos empresários europeus, como um fator que reduz sua competitividade frente a governos mais “ágeis”, como os dos EUA e da China.

Também se faz referência à necessidade de se avançar na direção de uma unificação dos mercados de capitais da região, como mecanismo para levantar e canalizar recursos privados para projetos de descarbonização.

As flexibilidades introduzidas, nos últimos anos, nas regras que disciplinam a concessão de ajudas dos Estados nacionais às “suas” indústrias também são

destacadas no documento, bem como os valores dos projetos aprovados no marco das novas regras de ajudas de Estado aplicadas a diferentes programas do bloco.

Na esfera internacional, ressalta-se a assinatura, pelo bloco, de parcerias em torno de matérias primas críticas sustentáveis com um número significativo de países produtores deste tipo de bens, entre os quais Chile e Argentina.

A principal reação europeia ao IRA dos EUA foi o lançamento, em março de 2023, do *Net-Zero Industry Act*, cujas características foram descritas no número 11 dessa *Newsletter*. Já antes disso, em outubro de 2022, uma Força Tarefa bilateral buscava discutir formas de reduzir o caráter discriminatório do IRA em relação a bens não fabricados nos EUA. Essas negociações levaram a que produtos europeus passassem a estar habilitados para se beneficiar de certos esquemas de apoio incluídos no IRA. Atualmente, ambas partes negociam um acordo sobre matérias primas críticas, que poderia assegurar à União Europeia, no âmbito do IRA, status equivalente ao dos parceiros com os quais os EUA têm acordos de livre comércio.

A avaliação dos impactos do IRA ressalta que, em termos agregados, eles foram limitados até o momento. O IRA é descrito como um “programa atrativo para a indústria” por oferecer créditos fiscais facilmente acessíveis e por garantir apoio não só aos custos de investimento, mas também aos de operação, o que levará a uma redução dos custos de energia e de manufatura nos EUA – agregando fatores favoráveis ao já relativamente baixo custo de energia nos EUA.

No caso, por exemplo, de baterias elétricas para carros, estima-se que os créditos fiscais do IRA poderiam gerar uma vantagem de custos para os produtores dos EUA da ordem de 25% a 30%. A redução do custo do hidrogênio verde, potencializada pelos instrumentos do IRA, também tende a gerar competitividade significativa para a produção desse insumo energético no país.

O documento conclui que o impacto do IRA sobre os investimentos europeus em tecnologias verdes também dependerá da efetividade da resposta europeia e das políticas do bloco para melhorar sua competitividade no longo prazo.

https://commission.europa.eu/system/files/2023/10/COM_2023_684_1_EN_ACT_part1_v11.pdf

2. Negociações entre UE e EUA sobre acordo de aço e alumínio continuam... com dificuldades

Em outubro de 2021, EUA e União Europeia iniciaram discussões voltadas para o estabelecimento de um Acordo Global sobre Aço e Alumínio Sustentáveis (*Global Arrangement on Sustainable Steel and Aluminium*), voltado para promover o estabelecimento de um clube de países comprometidos com a produção de aço e alumínio com baixas emissões – o que excluiria a produção chinesa dos mercados dos membros desse clube.

As medidas de restrição recíprocas aplicadas a esses produtos durante o governo Trump foram significativamente atenuadas – substituídas por cotas tarifárias

recíprocas –, a disputa comercial na OMC foi temporariamente suspensa e as negociações tiveram início. Estas negociações deveriam, em princípio, estar concluídas até outubro de 2023, quando a suspensão das tarifas adicionais expiraria.

No entanto, como se observou no número 13 desta Newsletter, as negociações vêm enfrentando dificuldades. Havia a expectativa de que, na reunião bilateral de outubro, as Partes pudessem avançar na definição dos termos do acordo, mas, de acordo com o Financial Times, a reunião terminou em impasse.

Como enfatiza o jornal inglês, um acordo dessa natureza isentaria os produtos dos EUA do CBAM europeu, o que violaria o princípio de nação mais favorecida da OMC, contemplado pela regulação europeia, dando margem a contestações por todos os demais países. Além do mais, um acordo assinado um ano antes das eleições presidenciais nos EUA poderia facilmente ser revertido unilateralmente pelos EUA em caso de vitória de Trump.

<https://www.ft.com/content/a1b7aba6-9178-4e2f-809f-0e92aa261b54>

3. UE – Austrália: um “solução” nas negociações?

Depois de mais de cinco anos e mais de 15 rodadas de negociação, a Austrália e a União Europeia decidiram suspender as negociações bilaterais de um acordo de livre comércio. A suspensão das negociações surpreendeu aqueles que as acompanham, considerando o grau de abertura elevado das duas economias e a convergência de suas preferências de políticas comerciais e não comerciais.

O prestigioso *think tank* Bruegel (através de seu não menos prestigioso economista, André Sapir) dedicou à suspensão das negociações um *policy brief*, discutindo as causas da decisão bilateral.

Ao contrário do que acontece no caso das negociações da União Europeia com o Mercosul, o bloco europeu não enfrenta resistências do lado da indústria australiana. De fato, as tarifas aplicadas pela Austrália às importações de bens não agrícolas são, na média, inferiores àquelas praticadas pelos europeus. As principais resistências se manifestaram do lado da União Europeia e se cristalizaram, nas negociações sobre produtos agrícolas, em torno das carnes bovinas e ovinas, produtos nos quais a Austrália desfruta de fortes vantagens comparativas, é um dos maiores exportadores mundiais e sobre os quais os europeus aplicam tarifas elevadas, além de medidas não tarifárias.

A explicação da interrupção das negociações deveria então ser buscada na economia política da negociação e, em especial, do lado europeu: nos próximos meses, haverá eleições para o Parlamento Europeu e esgota-se o mandato da Presidência da Comissão Europeia, o que aumenta a sensibilidade política de um acordo que poderia fazer danos a segmentos vocais da agricultura do bloco.

Como a Austrália também enfrentará eleições gerais em 2024, é provável que as negociações só venham a ser retomadas em 2025. Por que retomadas? Porque há, mais além do comércio de bens, forte interesse europeu em garantir acesso às grandes reservas de um mineral estratégico, o lítio, detidas pela Austrália. Este país

é o maior produtor de lítio, no estágio de extração do mineral, e vende a maior parte deste para a China, que o processa. Razão suficiente para manter aceso o interesse europeu nas negociações com a Austrália. Daí que Sapir se refira à interrupção das negociações como apenas “um soluço”.

<https://www.bruegel.org/sites/default/files/2023-11/the-reason-for-the-european-union-australia-trade-negotiation-hiccup-9496.pdf>